



Pedro Vaz Mendes

Serra Lopes Cortes Martins //

Advogados

pvm@slcm.pt

**Tendo em conta
o receio
instalado –
sobretudo pela
ideia criada de
que o RGPD
obriga a uma
alteração
profunda da
atividade de
uma empresa –,
cumpe
desmontar
alguns mitos**

Dados pessoais em análise

Decorridos quase 4 anos de discussão a nível europeu, foi aprovado, em 2016, o Regulamento Geral de Proteção de Dados (“RGPD”) que entrará em vigor em todo o espaço europeu a 25 de maio. Depois de todo este tempo, só em abril de 2018 foi apresentada uma proposta de lei que tem em vista assegurar a execução do RGPD em Portugal pelo que, com grande probabilidade, a adaptação ao RGPD terá de ser feita sem ter em conta qualquer legislação nacional de execução (mas tendo, ainda assim, de cumprir com o regulamento e o trabalho interpretativo que sobre o mesmo foi feito).

Tendo em conta o receio instalado – sobretudo pela ideia criada de que o RGPD obriga a uma alteração profunda da atividade de uma empresa –, cumpre desmontar alguns mitos.

Se é verdade que o regulamento tem profundo impacto em empresas cuja atividade principal esteja relacionada com dados pessoais (empresas que se dediquem a serviços da sociedade de informação) ou com dados sensíveis (de saúde ou relativos a menores), na generalidade das empresas o impacto será menor e quase sempre uma evolução, e não revolução, do que já existia.

Por outro lado, o RGPD visa a proteção de dados de pessoas singulares, e apenas desses, o que significa que o impacto do RGPD em empresas que trabalhem essencialmente para outras sociedades comerciais terá um âmbito muito limitado (relacionado, sobretudo, com os dados dos seus trabalhadores).

Apesar disso, existem aspetos que devem ser tidos em conta: (i) os procedimentos pela violação do RGPD podem ser encetados e as coimas aplicadas por entidades de outros países europeus; (ii) a violação do RGPD pode conduzir à aplicação de coimas elevadas; (iii) reforçaram-se os direitos dos titulares dos dados (e que as empresas têm de proteger), com especial enfoque nos direitos de acesso, ao esquecimento e de portabilidade e na forma como o consentimento é dado; e (iv) alargaram-se as obrigações das empresas, designadamente quanto ao tratamento de dados realizado pelos seus fornecedores, à obrigação de notificação de violação de dados ocorrida ou à nomeação de um responsável pelos dados. Estes aspetos justificam um trabalho de adaptação das empresas.

Não obstante, esse trabalho de adaptação não invalida a necessidade de ter cuidado com o tratamento de dados pessoais. Uma necessidade que já existia e que a intervenção europeia nesta área ainda se encontra longe de estar terminada (designadamente por a Comissão Europeia pretender regular outras matérias conexas como é patente na proposta de regulamento relativo ao respeito pela vida privada e à proteção dos dados pessoais nas comunicações eletrónicas).

Desta forma, consideramos que uma empresa, mais do que centrar exclusivamente as suas preocupações no cumprimento do RGPD (enquanto realidade fechada), deve acompanhar assiduamente o desenvolvimento do enquadramento – nacional, mas sobretudo comunitário – da proteção de dados pessoais e realizar um trabalho contínuo de adaptação da sua organização.

NOTA: O CONSTRUIR manteve a grafia original do artigo